

REQUERIMENTO

Em 1 de março, o Governo anunciava ao país que, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), “determinou a rescisão das decisões relativas à aprovação de operações, há mais de seis meses, sem execução física e financeira, e a reavaliação imediata dos programas orientando a sua reprogramação para o crescimento, a competitividade e o emprego.”

Estas intenções seriam confirmadas, em 15 de março, pelo Sr. Ministro da Economia e do Emprego, à Assembleia da República, afirmando que “o Governo irá reorientar os fundos comunitários do QREN para o combate ao desemprego e para o apoio à competitividade.”

O Partido Socialista entende, em função das alterações à forma de gestão do QREN, por força da criação da comissão interministerial que a gestão dos fundos comunitários passou a ser efetivamente liderada pelo Ministro das Finanças. Esta alteração significa que o Governo quer utilizar os fundos comunitários para reduzir o défice, ignorando a economia.

Passados mais de dois meses após o anúncio de reorientação estratégica do QREN, o certo é que nada se sabe sobre os termos, forma e condições em que essa reprogramação vai ser feita e qual o seu impacto na economia portuguesa, designadamente, na criação de emprego e apoio às empresas. O que se sabe é que para os investidores essas verbas se encontram paradas e sem qualquer destino útil.

Urge, portanto, conhecer a posição do Governo sobre esta insólita situação.

Uma vez que, o Ministro da Economia e do Emprego se considera o membro do governo responsável pela gestão do QREN e estando em causa interesses relevantes para a economia portuguesa, até agora postergados, o Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, vem pelo presente meio requerer a presença do Sr. Ministro da Economia e do Emprego para esclarecer a Comissão de Economia e Obras Públicas sobre o atraso na reorientação estratégica e técnica do Quadro de Referência Estratégico Nacional, nomeadamente, sobre os motivos justificativos para o enorme atraso que se verifica na afetação das respetivas verbas.

Os deputados,

